

Aliança não quer Funaro depondo na Constituinte

BRASILIA — Uma proposta feita ontem por oito pequenos partidos no sentido de levar à Assembleia Nacional Constituinte, em caráter extraordinário, o Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, para prestar esclarecimentos sobre a política econômica do Governo, foi rejeitada pelas lideranças do PMDB, do PFL e do Governo na Câmara, sob o argumento de que a discussão não é pertinente à Constituinte, mas ao Congresso como um todo ou a uma de suas duas Casas.

Convocar Ministros para debater a política econômica não é questão constitucional. Se o assunto é importante, que se convoque o Congresso — ponderou o Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna, acrescentando que a questão é "meramente conjuntural".

Apesar de ter afirmado que não havia ainda discutido o assunto com o Presidente José Sarney, Sant'Anna expressou o pensamento do Planalto numa questão que diz respeito diretamente à soberania da Constituinte: acatando-se o princípio da intervenção da Assembleia no processo paralelo da vida cotidiana,



Sant'Anna (de costas) conversa com Herrmann

estaria aberto um precedente para a plena soberania da Constituinte.

— Ao permitir isso, estaríamos possibilitando a instalação de um supra-poder, que tudo poderia — admitiu Sant'Anna.

Da mesma forma, os Líderes do

PMDB e do PFL na Câmara, Deputados Luis Henrique e José Lourenço, disseram não se opor ao comparecimento de Ministros ao Congresso. Eles também alegaram que a política econômica não é matéria constitucional, não sendo, portanto, passível de discussão pela Assembleia.

A noite, depois de uma hora de reunião com o Presidente da Câmara e da Constituinte, Ulysses Guimarães, Luis Henrique e Sant'Anna disseram que será feita hoje uma tentativa de enviar o assunto à Mesa da Câmara. Se houver reação a este procedimento, Ulysses colocará o requerimento em votação.

Isto seria o suficiente para os autores da proposta. Um dos signatários do requerimento, o Líder do PCB na Câmara, Deputado Roberto Freire, disse que somente o fato de a proposta ser colocada em votação no plenário da Constituinte já confere soberania à Assembleia.

Pressionado no plenário, de um lado por parlamentares que exigiam o acatamento da proposta — alguns do PMDB e do PFL —, e de outro por quem preferia a convocação pelo Congresso — como o Líder do PTB, Gastone Righi —, Ulysses preferiu adiar para hoje a sua decisão. Preferiu não tomar conhecimento de um pedido de prorrogação da sessão — que já estava acabando quando terminaram as discussões sobre a convocação de Funaro — apresentado por mais de 20 constituintes.

Logo que o requerimento foi apresentado pelo Líder do PDT, Brandão Monteiro, Righi afirmou que seu partido não iria endossar a proposta por entender que a Assembleia só tem poderes para elaborar a nova Constituição.

Por sua vez, o Vice-Líder do

PMDB, Deputado João Herrmann, falando pela liderança na ausência de Luis Henrique, afirmou que a convocação de Funaro iria caracterizar uma "intromissão do Governo" na Assembleia, abrindo "um precedente com consequências graves na história das Constituintes".

Imediatamente, a Deputada Rosa de Freitas (PMDB-ES), favorável à convocação, disse que ainda não estava decidido se o PMDB teria um Líder na Constituinte e cobrou uma reunião da bancada para tomar uma posição sobre a soberania da Assembleia e sobre a política econômica do Governo. Da mesma forma, Agassiz Almeida (PMDB-PB) questionou a legitimidade de Herrmann para falar em nome do PMDB na Constituinte. Outra peemedebista, Abigail Feitosa (BA), ressaltou: "Não se pode aceitar que, ao regulamentar, ou um regimento interno, se sobreponha aos interesses do povo".

Bonifácio de Andrada (PDS-MG) indagou qual o prejuízo para as instituições causaria a presença de Funaro. Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) afirmou que não havia motivos para discutir se Funaro deveria comparecer ao Congresso ou à Assembleia: o importante era a sua presença em uma Casa com atribuição regimental para convocá-lo.

O adiamento para hoje foi considerado por José Genoíno (PT-SP) e Domingos Leonelli (PMDB-BA) a melhor solução. Na opinião do petista, Ulysses não tem outra alternativa, a não ser convocar o Ministro. No final da sessão, João Herrmann, em conversa com o Líder do PT, Luis Inácio Lula da Silva, e do Vice-Líder do PC do B, Aldo Arantes, se dava por vencido.

Sant'Anna negocia hoje com Sarney decreto-lei e medidas de emergência

BRASILIA — O Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), anunciou que se esforçará junto ao Presidente Sarney, hoje mesmo, em favor de um acordo com o grupo de parlamentares que defende a revisão, pela Constituinte, de dispositivos da atual Constituição. Na avaliação de Sant'Anna, a conclusão de um acordo em torno do uso de decretos-leis e das medidas de emergência afastaria um "elemento perturbador", garantindo ao Governo a formação de um bloco sólido e majoritário.

Não houve avanços na rodada de ontem das negociações entre o Líder da Maioria e o grupo "Pró-Soberania", do PMDB, sobre a revogação imediata de alguns dispositivos herdados do regime autoritário. Sant'Anna deverá procurar o Presidente Sarney hoje, com a notícia de que o grupo não incluiu, no rol de suas propostas para o entendimento, a auto-limitação dos poderes da Constituinte de reformar a Carta atual enquanto ela ainda vigorar.

O grupo reuniu-se terça-feira à noite na casa do Deputado Virgildásio de Senna (BA), com a presença de cerca de 70 parlamentares do PMDB. Antônio Brito (RS) fez um relato da conversa da comissão de representantes do grupo com Sant'Anna, na semana passada, na qual ficou acertada a apresentação de um documento de reivindicações para prosseguimento da negociação.

A proposta da comissão foi aprovada com a exceção do item pelo qual o

grupo se comprometia com o Governo na tese da "auto-limitação da soberania". Com as modificações incluídas no acordo, quaisquer outras alterações ao atual texto constitucional só poderiam ser feitas pelo Congresso, ou seja com quórum de dois terços, e não pela maioria absoluta, como nas votações da Constituinte. Este dispositivo visa a preservar em seis anos o mandato de Sarney. Hermes Zanetti (RS) disse que o motivo da rejeição não foi o mandato do Presidente, mas a constatação de que seria absurdo a Constituinte ter soberania apenas para dizer que já não a tem.

As propostas aprovadas foram: inversão no mecanismo de decurso de prazo para os decretos-leis, que passaria a contar para a derrubada das medidas, e faculdade do Congresso de emendá-los; supressão do processo contra parlamentar pela Lei de Segurança Nacional; condicionar à aprovação da Constituinte a aplicação de medidas de emergência.

Depois de conversar cerca de uma hora com Sant'Anna, os membros da comissão "Pró-Soberania" — Antônio Brito, Virgildásio de Senna e Maurílio Ferreira Lima — disseram que concordavam com a auto-limitação, embora não tivessem sido autorizados a incluí-la no documento. Maurílio disse que não seria politicamente interessante que o grupo tomasse a iniciativa de colocar este dispositivo na mesa de negociações, já que o grande interessado nele é o Governo.

Senadores querem Regimentos adaptados ao da Constituinte

BRASILIA — A bancada do PMDB no Senado pediu ontem para que seja incluído no Regimento Interno da Constituinte um dispositivo determinando que os regimentos da Câmara e do Senado se adaptarão ao da Assembleia. Essa fórmula foi proposta para compatibilizar o funcionamento da Constituinte com o das demais Casas e, ao mesmo tempo, preservar a autonomia do Senado. A proposta será levada hoje ao Presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, e ao Líder na Câmara, Luis Henrique, pelo Relator do Regimento, Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), que reuniu-se ontem por mais de três horas com a bancada.

Na reunião, os Senadores reagiram contra a primeira proposta de Fernando Henrique, que previa um artigo no Regimento determinando que Câmara e Senado trabalhariam apenas por

convocações extraordinárias durante a Constituinte. Sem discordar que a Constituinte deve ter prioridade absoluta sobre os trabalhos da Câmara e do Senado, alguns Senadores argumentaram que era necessário encontrar uma fórmula de resguardar a soberania do Senado para dispor sobre seu funcionamento.

Segundo Fernando Henrique, a proposta da bancada mantém, ao mesmo tempo, a soberania da Constituinte sobre as demais Casas e a do Senado de adaptar seu Regimento ao da Constituinte. O Senador José Fogaça (RS), um dos mais ávidos defensores desta proposta na reunião, explicou que, tão logo esta seja aprovada, as Mesas da Câmara e do Senado decidirão sobre suas formas de funcionamento. Como a maior parte dos Senadores presentes, Fogaça insistiu na necessidade de funciona-

mento das duas Casas, entendendo que "o recesso seria contrário aos interesses do povo".

Segundo Fogaça, Câmara e Senado precisam funcionar para examinar medidas econômicas a serem tomadas pelo Governo e a supressão de suas atividades poderia até mesmo sepultar o espaço que há para os temas constitucionais na Assembleia, já que esta começaria a discutir questões circunstanciais.

Vários Senadores alertaram para a necessidade de se evitar o "absolutismo" da Câmara sobre o Senado, já que dela partiu a primeira proposta de funcionamento. Alguns, como o Senador Mário Covas (SP), por exemplo, tentaram desfazer o clima de animosidade entre Câmara e Senado, afirmando não se sentir minoritário na Constituinte porque, na Assembleia, é Constituinte.

Documento deixa Sarney aborrecido

BRASILIA — Uma acusação falsa deixou o Presidente José Sarney irritado com o Líder do PFL na Câmara, Deputado José Lourenço, que levou um susto ao chegar na noite de terça-feira a um jantar na casa do Ministro Jorge Bornhausen: o anfitrião alertou-o de que o Presidente ficara muito aborrecido ao saber de seu apoio a uma nota conjunta do PDS, PTB, PL, PDC e PMB, acusando o Governo, em termos duros, de ocultar a realidade econômica do País. A nota mencionada a Sarney, porém, era apenas uma versão inicial elaborada pelo PDS e Lourenço recusou-se a endossar.

— Eu não assinei isto — afirmou, categórico, o Líder do PFL, retirando do bolso cópias do rascunho da nota e também da versão efetivamente divulgada e que, segundo afirmou, acabou sendo mais emendada que a primeira justamente por intervenção sua. Em seguida, Lourenço apressou-se a telefonar para o Presidente da República, para quem leu o documento que havia assinado.

Resolvido o mal-entendido, porém, a nota continuou causando mal-estar no partido pois, segundo confidenciaram alguns membros da bancada, "Lourenço não deveria aderir a uma movimentação da direita".

— A adesão do Líder a esse documento leva o partido para a direita, quando a nossa proposta é de centro e é nessa linha que temos que marcar nossa posição na Constituinte — argumentou um Deputado, acrescentando que é justificável a união de pequenos partidos, de direita ou de esquerda, em blocos, para defenderem teses comuns. O PFL, lembrou, "tem 118 Deputados e é a segunda bancada da Constituinte, não tendo, portanto, necessidade de aderir a movimentos fora da Aliança".

Constituinte terá programa no rádio e TV

BRASILIA — O Relator do Regimento da Constituinte, Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), vai propor em seu substitutivo a utilização de dez minutos diários na televisão e no rádio para divulgação dos trabalhos da Assembleia, através de programas produzidos pela Radiobrás. O espaço será dividido em dois blocos de cinco minutos, a serem veiculados na televisão em qualquer horário entre 12h e 14h e entre 19h e 22h. No rádio, os boletins seriam transmitidos entre 7h e 9h e entre 12h e 14h.



Fernando Henrique na reunião com as mulheres

A proposta do Relator, que, segundo ele, não cria privilégios e nem cria embaraços à ação da imprensa, rejeita as emendas propostas para obrigatoriedade de divulgação pelos jornais. Fernando Henrique incluiu ainda um dispositivo permitindo ao Presidente da Constituinte requisitar horário de até uma hora, no máximo uma vez por mês, para programas de divulgação dos trabalhos.

substitutivo, que será submetido ao plenário após sete sessões de discussão. Ontem, em reunião com 15 integrantes da bancada feminina na Constituinte, ele decidiu chamar de "Comissão dos Direitos e Garantias Individuais do Homem e da Mulher" uma das nove comissões que propõe em seu substitutivo. Outras sete estudarão temas constitucionais e a última será destinada à sistematização.

O Líder do PMDB na Câmara, Luis Henrique, recebeu do Relator a reivindicação dos pequenos partidos por lideranças próprias. A questão deverá ser decidida hoje e a tendência é dimi-

nuir o número de integrantes de uma bancada para que esta tenha líder. O Relator admitiu que este número poderia ser de até três Constituintes.

Serão rejeitadas por Fernando Henrique as propostas para que a Constituinte faça votações secretas sobre temas polêmicos, explicando que nenhuma questão constitucional será decidida por votação secreta. Ele manterá, no Regimento, a possibilidade de sessões secretas para deliberações de economia interna, como, por exemplo, examinar pedidas para processar Constituintes por crimes comuns.